DIAGNÓSTICO FISCAL SAP

Guia Básico de Governança Fiscal

SAP e GUEPARDO Tax: pontos para o comitê discutir

Onze domínios, com o que olhar, os sinais de problema, a pergunta que o comitê precisa responder e a referência oficial de cada ponto.

Vale para SAP ECC e S/4HANA, com ou sem GUEPARDO Tax, produto da NTT.
Referências atualizadas em 5 de novembro de 2026.

VISÃO GERAL

Onze domínios do ambiente fiscal em SAP

Este é um guia básico: uma introdução aos pontos de governança fiscal, que não esgota o tema. Cada domínio reúne o que costuma ser melhorado num ambiente fiscal em SAP: o que olhar, os sinais de problema, a pergunta que cabe ao comitê e a evidência que o diagnóstico entrega.

O QUE OLHAR
Onde o problema costuma nascer, no sistema e no processo.

SINAIS DE PROBLEMA
O que a equipe já vê no dia a dia, sem precisar de auditoria.

PERGUNTA PARA O COMITÊ
A decisão que só a empresa pode tomar.

EVIDÊNCIA DO DIAGNÓSTICO
O que o sistema mostra para sustentar a decisão.

Os onze domínios e os cargos que mais se interessam por cada um

01	Apuração dos tributos	CFO · Controller · Diretor Fiscal · Gerente Fiscal
02	Obrigações acessórias e SPED	Diretor Fiscal · Gerente Fiscal · Coordenadores e key users · Auditoria interna
03	Documentos fiscais eletrônicos	Gerente Fiscal · Gerente de TI SAP · Coordenadores e key users · Usuário final
04	Parametrização e dados mestres no SAP	Gerente Fiscal · Gerente de TI SAP · Influenciador técnico · Coordenadores e key users
05	Conciliação contábil e fiscal	CFO · Controller · Gerente Fiscal · Auditoria interna
06	Reforma tributária: CBS, IBS e IS	CFO · Diretor Fiscal · Gerente Fiscal · CIO · Jurídico e compliance
07	Controles e segregação de funções	Auditoria interna · Gerente de TI SAP · CIO · Jurídico e compliance
08	Monitoramento e evidência	CFO · Controller · Auditoria interna · Diretor Fiscal
09	Migração do ECC para o S/4HANA	CIO · Gerente de TI SAP · CFO · Diretor Fiscal
10	Integração e interfaces	CIO · Gerente de TI SAP · Influenciador técnico · Gerente Fiscal
11	Governança e papéis	CFO · Diretor Fiscal · Jurídico e compliance · Patrocinador interno · Auditoria interna

01 Apuração dos tributos

Onde o valor devido é formado. Pequenas diferenças aqui chegam à declaração e ao caixa.

O QUE OLHAR

- Apuração por tributo, estabelecimento e período.
- Ajustes manuais lançados fora do sistema.
- Saldo credor e regra de aproveitamento.
- Planilha paralela que fecha o número final.

SINAIS DE PROBLEMA

- O número só fecha depois da planilha.
- Ajuste manual recorrente sem justificativa registrada.
- Saldo credor que cresce sem plano de uso.
- Apuração refeita depois da entrega.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Quais ajustes de apuração a empresa aceita fazer fora do sistema, e quem aprova cada um? Qual é a política para saldo credor acumulado?

EVIDÊNCIA QUE O DIAGNÓSTICO ENTREGA

Apuração recalculada a partir dos documentos do período e comparada ao valor declarado, com a lista de ajustes manuais por tributo e estabelecimento.

Referências: B3 (LC 214/2025, arts. 39, 53 e 54: ressarcimento, compensação e prazo dos créditos dos novos tributos) · B11 (Receita Sintonia)

NO GUEPARDO TAX

O QUE O PRODUTO TRAZ

- PIS e COFINS: a apuração é criada por empresa e período. Pode haver mais de uma, mas só uma é a oficial; as outras servem para testar e comparar configurações.
- A busca de documentos roda dentro da apuração. Com a apuração em processamento, documentos entram ou saem, e os ajustes manuais permanecem depois de reprocessar.
- Uso de créditos: ao iniciar o ajuste de crédito do período, a apuração vira a principal e deixa de ser editável. A apropriação distribui o crédito do mais antigo ao mais novo.
- ISS: apuração por empresa, local de negócios, domicílio fiscal e período, com sub-apuração por guia, guia consolidada e apuração complementar. A guia só sai com a apuração finalizada.
- Retenções, base da EFD-Reinf: painel de apurações com entradas, compensações, ajustes, saldo fiscal e saldo contábil por tributo. A pré-apuração segura nota com retenção sem os dados obrigatórios.
- Ajuste de retenção: corrige no fiscal, no contábil ou nos dois, uma nota e um imposto por ajuste, e aparece no saldo fiscal na hora.
- ICF: o plano de contas referencial, centralizado por empresa e ano, gera os saldos que alimentam a ECD, a apuração de IRPJ e CSLL e a ECF.

O QUE O AMBIENTE PRECISA TER CONFIGURADO

- A configuração principal e a configuração da busca de documentos precisam existir antes de criar a apuração.
- Reinf: a configuração de IRF define o fato gerador de cada tributo por categoria e código, e as colunas de imposto dos relatórios dependem dela.
- As marcas por tributo dizem o que a empresa apura. A pré-apuração só funciona com as regras de relevância e de determinação de campos configuradas.
- Crédito de PIS e COFINS anterior ao controle do produto é lançado à mão, em rotina própria.
- ISS: antes do arquivo magnético, é obrigatório apurar os tributos municipais próprios e de terceiros.

COMO CONFERIR

- Comparar o resultado da busca com o valor bruto total das notas do relatório de entradas, e não com a retenção.
- ISS: há relatório que lista os municípios com nota lançada e sem configuração de apuração.
- Nota antecipada e depois estornada: o campo de contribuição já recolhida antecipadamente não é preenchido sozinho.
- Ajuste com documento contábil: um ícone mostra se o documento está válido, estornado ou inexistente.

02 Obrigações acessórias e SPED

O que a empresa entrega ao fisco e quanto essa entrega depende de correção manual.

O QUE OLHAR

- EFD ICMS IPI, EFD Contribuições, ECD, ECF e EFD-Reinf.
- Versão do leiaute e do validador em uso.
- Quem gera, valida, assina e transmite.
- Histórico de retificações por obrigação.

SINAIS DE PROBLEMA

- Arquivo editado à mão depois de gerado.
- Retificação frequente do mesmo bloco.
- Validação só no último dia do prazo.
- Leiaute do ano novo adotado com atraso.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Que nível de retificação o comitê considera aceitável? Quem responde pela entrega de cada obrigação?

EVIDÊNCIA QUE O DIAGNÓSTICO ENTREGA

Registros do arquivo entregue comparados à escrituração e ao razão, com a lista de retificações por obrigação e a causa provável de cada uma.

Referências: B13 a B15 (Portal SPED; Guia Prático EFD ICMS IPI 3.2.2 e leiaute 020 para 2026) · B11 (Receita Sintonia, IN RFB 2.316/2026: declarações, escriturações e estabilidade de retificações entram na classificação)

NO GUEPARDO TAX

O QUE O PRODUTO TRAZ

- EFD-Contribuições: o arquivo sai da apuração. Os créditos usados entram nos registros 1100 e 1500, e o bloco M é gerado sozinho. Parte do bloco M só existe em apuração oficial.
- EFD-Reinf: eventos de cadastro (R-1000, R-1050, R-1070), de movimento (R-2010, R-2020, R-2050, R-2055 e outros), da série R-4000 e de fechamento. O período fecha no R-2099 e reabre no R-2098.
- R-2030, R-2040, R-3010 e R-4040: eventos de situações específicas, criados no próprio GUEPARDO Tax por digitação ou por importação de planilha modelo.
- Retificação e exclusão: o R-9000 exclui o evento completo do beneficiário. Depois de transmitir, a apuração original não pode mais ser eliminada. Só se transmite a partir do mês seguinte.
- ECD: escrituração dos tipos G, R, A, Z e B, com painel próprio. A geração roda só em segundo plano e cada etapa deixa log.
- ECF: painel próprio, escrituração criada a partir da apuração de IRPJ e CSLL, com processamento paralelo configurável.
- ISS: não há arquivo único nacional. Cada município tem layout próprio, e o arquivo gerado é baixado do servidor e transmitido ao portal da Prefeitura.

O QUE O AMBIENTE PRECISA TER CONFIGURADO

- No PIS e COFINS, a origem e a natureza de cada crédito, a origem da receita e a natureza da receita por NCM são exigidas para os registros M105, M210 e M400.
- Reinf: cada evento é ligado à empresa para aparecer no cockpit de transmissão. O cockpit não abre para apuração de teste. Os eventos da série R-4000 podem ser gerados pela matriz ou por estabelecimento.
- ECD: uma tabela define, por tipo de livro, se cada registro é obrigatório, facultativo ou dependente. O encerramento pode ser virtual ou efetivo.
- ECD e ECF: signatários cadastrados antes de gravar a declaração. A ECF tem faixas de numeração por bloco e registro.

COMO CONFERIR

- Reinf: depois do fechamento R-2099, a confirmação da Receita se recupera na tela; o recibo muda. O Simular Eventos mostra o resultado antes de gerar.
- ECD: o arquivo precisa passar no validador oficial da Receita.

03 Documentos fiscais eletrônicos

Cada nota emitida ou recebida é uma prova. A falha aparece primeiro aqui.

O QUE OLHAR

- NF-e, NFC-e, CT-e e NFS-e, emitidas e recebidas.
- Eventos: cancelamento, carta de correção e inutilização.
- Contingência e saltos de numeração.
- XML do fornecedor comparado ao pedido na entrada.

SINAIS DE PROBLEMA

- Fila de notas rejeitadas sem dono.
- Numeração inutilizada sem registro do motivo.
- Nota cancelada com lançamento contábil ativo.
- Entrada escriturada diferente do XML recebido.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Qual é o tempo máximo aceitável entre uma rejeição e a correção? Quem responde pela nota de entrada que diverge do pedido?

EVIDÊNCIA QUE O DIAGNÓSTICO ENTREGA

Inventário de rejeições, cancelamentos e saltos de numeração do período, com o cruzamento entre documento eletrônico e lançamento contábil.

Referências: S1 (SAP Help, NF-e: monitor, numeração e contingência) · N6 (SAP Document and Reporting Compliance, entrada Brasil) · B8 (Portal da NF-e, notas técnicas)

NO GUEPARDO TAX

O QUE O PRODUTO TRAZ

- Para PIS e COFINS, a apuração lê notas de serviço, NF-e, NFC-e, energia elétrica (NF3e), CT-e, comunicação e cupom fiscal eletrônico, cada um nos seus registros.
- Para o produto, documento é qualquer fonte de dados da apuração. A busca de documentos é a ponte entre o produto e a base do cliente. Há um espelho de notas fiscais e uma consolidação das notas de energia elétrica.
- Na Reinf, o relatório de entradas mostra todas as notas registradas no mês e o de compensações mostra as notas pagas. O relatório de saídas mostra as notas emitidas pela empresa.

O QUE O AMBIENTE PRECISA TER CONFIGURADO

- A busca precisa estar configurada para nenhuma nota faltar no relatório fiscal. As notas de entrada de serviço são registradas pela MIRO ou por fatura em FI.
- A busca pode ler a interface de notas fiscais usando a data de lançamento. O grupo de busca do cliente nasce de uma cópia do baseline do produto.
- No R-2050, nota com detalhe pendente fica fora do evento, com aviso na geração.

COMO CONFERIR

- Análise de nota do imobilizado: verde quando o imobilizado foi identificado, vermelho com o motivo da recusa.
- ISS: o relatório analítico traz número da nota, número da NFS-e, chave, guia e fornecedor por apuração.

04 Parametrização e dados mestres no SAP

A regra que o sistema aplica sozinho, milhares de vezes por dia.

O QUE OLHAR

- Esquema de cálculo, tax codes e condition records.
- Condições vencidas, duplicadas ou sobrepostas.
- NCM, CFOP, CST, origem e benefício no material e no parceiro.
- Quem pode alterar cada um desses dados.

SINAIS DE PROBLEMA

- Imposto corrigido por sobrescrita manual na nota.
- Mesmo material com classificação diferente por centro.
- Condição criada sem data de fim.
- Cadastro alterado sem pedido rastreável.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Quem é dono do dado mestre fiscal: Fiscal, Cadastro ou TI? Qual é o fluxo de aprovação para mudar uma classificação fiscal?

EVIDÊNCIA QUE O DIAGNÓSTICO ENTREGA

Varredura de tax codes e condições com vigência, duplicidade e uso real, mais amostra de materiais e parceiros com classificação inconsistente.

Referências: S8 (SAP Simplification List S/4HANA 2023: TAXBRA como procedimento recomendado, TAXBRJ com manutenção restrita) · S5 (SAP KBA 3679926: no S/4HANA Cloud Public Edition o modelo de cálculo difere)

NO GUEPARDO TAX

O QUE O PRODUTO TRAZ

- Configuração principal com grupo de buscas, esquema de status e versão da Reinf. Ao lado ficam os cadastros de apoio, como processos, fornecedores e centros fiscais.
- Regras de determinação de campos preenchem sozinhas CNO, tipo de obra, tipo de serviço e natureza de rendimento nos relatórios. Combinação inconsistente gera erro.
- O vínculo entre conta do razão e conta referencial tem início e fim de validade e gera os registros I050 e I051 da ECD.

O QUE O AMBIENTE PRECISA TER CONFIGURADO

- No cliente, a configuração principal é sempre uma cópia do baseline, com nome iniciando em Z. O grupo de buscas também é próprio da empresa.
- Há três tipos de configuração: as que o cliente não altera, as alteradas em desenvolvimento e transportadas por request, e as livres em produção.
- A configuração por empresa liga a principal à empresa declarante, com validade. Em PIS e COFINS, alíquotas, regime e retenções entram aí. Manter o baseline atualizado é pré-requisito.
- Faixas de numeração da Reinf definidas antes do primeiro uso, em procedimento delicado. Códigos de pagamento (GPS e DARF) e agrupamento de guias também precisam estar parametrizados.
- O cadastro complementar de fornecedor guarda tipo de serviço, natureza de rendimento e CNO. Só reflete na apuração depois da busca e com a automação dos detalhes ligada.
- ICF: cada conta do razão é ligada a uma conta referencial, com uma linha de configuração por empresa e ano. Conta ligada a mais de uma conta referencial exige centro fiscal.
- ISS: layout e versão de declaração por município, com exits sugeridas que a equipe adapta ao critério do cliente.

COMO CONFERIR

- A ordem de prioridade das regras de determinação ajuda a explicar por que um campo recebeu determinado valor.

05 Conciliação contábil e fiscal

Razão, apuração e arquivo entregue contam a mesma história, ou não.

O QUE OLHAR

- Razão, apuração e SPED fechando entre si.
- Contas de imposto a recolher e a recuperar.
- Diferenças de período e de competência.
- Lançamentos manuais em contas fiscais.

SINAIS DE PROBLEMA

- Diferença conhecida que sempre existiu.
- Saldo de conta de imposto sem composição.
- Conciliação feita só no fim do trimestre.
- ECD e EFD com valores que não se explicam.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Qual diferença o comitê tolera, e com que frequência a conciliação precisa ser revisada e assinada?

EVIDÊNCIA QUE O DIAGNÓSTICO ENTREGA

Conciliação de três pontas (razão, apuração e arquivo entregue) por tributo e período, com cada diferença explicada ou listada como aberta.

Referências: B4 e B15 (Portal SPED: ECD e EFD) · B11 (Receita Sintonia: consistência entre declarações) · N4 (COSO, Internal Control Integrated Framework)

NO GUEPARDO TAX

O QUE O PRODUTO TRAZ

- Reinf: o saldo fiscal sai sozinho de entradas e compensações. O saldo contábil vem do razão da conta do imposto, pelo botão de obter dados.
- Na primeira obtenção de dados contábeis roda uma conciliação automática, que confere se cada documento está no razão.
- IDs de conciliação padrão classificam cada lançamento (pagamento normal, em atraso, regularização). O que não é crédito normal do imposto exige atribuição manual.
- Conciliação dos eventos da Reinf: compara a apuração do produto com a base da Receita, com uma tela por evento (R-2010, R-2020, R-2050, R-2055, R-4010 e R-4020).
- PIS e COFINS têm relatório de conciliação com os dados consolidados da apuração. No ICF, ECD e ECF são conciliadas a partir do mesmo mapeamento de contas referenciais.

O QUE O AMBIENTE PRECISA TER CONFIGURADO

- Configuração de conciliação contábil por empresa, com cada tributo ligado a uma conta do razão, com validade.
- O ajuste contábil automático depende de conta de despesa e de IDs de lançamento automático criados no cliente.

COMO CONFERIR

- Fiscal x Contábil: checagem em massa de que toda nota com retenção do relatório de entradas está no razão. É uma verificação diferente da conciliação feita no saldo contábil.
- Conciliação acumulada: saldo contábil, saldo fiscal e diferença acumulada, por tributo.
- Divergência de valor ou de chave (natureza de rendimento, data do fato gerador) aparece na conciliação dos eventos. A correção é transmitir o evento retificador.
- A verificação de saldos compara a contabilidade em FI com os saldos referenciais. Uma lista mostra as contas sem vínculo com conta referencial.
- Na geração da ECD, a validação de saldos contra lançamentos pode ser ligada.

06 Reforma tributária: CBS, IBS e IS

Tributos novos convivendo com os antigos até 2033, dentro do mesmo SAP.

O QUE OLHAR

- Grupos de IBS e CBS na NF-e e na NFS-e.
- Classificação tributária de cada operação.
- Convivência com ICMS, ISS, PIS e Cofins na transição.
- Preparação para o split payment.
- Notas da SAP para a reforma aplicadas ao ambiente.

SINAIS DE PROBLEMA

- Campos novos preenchidos por regra fixa.
- Nota de entrada com IBS e CBS divergente do pedido.
- Ninguém acompanha as versões das notas técnicas.
- Simulação de carga feita fora do sistema.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Quem decide o enquadramento de cada operação nos novos tributos, e quem acompanha cada nova versão de nota técnica?

EVIDÊNCIA QUE O DIAGNÓSTICO ENTREGA

Amostra de documentos emitidos e recebidos com os grupos novos, comparada com a regra decidida pela empresa, e o mapa das operações ainda sem classificação definida.

Referências: B2 (EC 132/2023, ADCT art. 125: em 2026, CBS 0,9% e IBS 0,1%) · B3 (LC 214/2025, arts. 31 a 35: split payment) · B1 e B16 (Comunicado Conjunto CGIBS e RFB 01/2025) · B8 (NT 2025.002, v1.53) · B10 (NFS-e nacional: IBS e CBS desde 01/10/2026, por segmento) · S3 e S4 (SAP KBA 3642384 e 3711861)

07 Controles e segregação de funções

Quem pode mudar a regra fiscal e quem aprova que a mudança está correta.

O QUE OLHAR

- Quem cria e quem aprova tax code, condição e cadastro.
- Acesso às transações de apuração e de geração de arquivo.
- Usuários genéricos e de terceiros.
- Acesso emergencial em produção.

SINAIS DE PROBLEMA

- A mesma pessoa configura, testa e transporta.
- Usuário de terceiro ativo em produção sem prazo.
- Perfil amplo para não travar o fechamento.
- Conflito conhecido sem controle compensatório.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Quais conflitos de acesso a empresa aceita, com qual controle compensatório, e quem revisa?

EVIDÊNCIA QUE O DIAGNÓSTICO ENTREGA

Matriz de acessos às funções fiscais críticas, com os conflitos encontrados e os usuários envolvidos.

Referências: S10 (SAP Access Control, análise de risco de acesso) · N4 (COSO, Internal Control Integrated Framework) · F10 (ISACA, COBIT 2019) · N1 (ISO 37301:2021)

NO GUEPARDO TAX

O QUE O PRODUTO TRAZ

- PIS e COFINS e Reinf têm controle de autorização para o painel de apurações e o cockpit de eventos. Cada operação (criar apuração, editar, exibir, pagar imposto, gerar arquivo, criar crédito manual) exige a autorização própria.
- ISS: o painel tem status de aprovação (aguardando, aprovado, rejeitado, finalizado), e a guia e o estorno exigem status finalizado.
- ICF: o relatório da rota de aprovação mostra o andamento das tarefas de aprovação de lançamentos, com aprovadores, prazo e status. Disponível a partir da versão 129 do produto.

O QUE O AMBIENTE PRECISA TER CONFIGURADO

- O controle de autorização só vale se for ativado na configuração geral do produto. Desativado, todos executam tudo. O controle detalhado, por empresa e por tipo de tributo, não é obrigatório.
- Reinf: o objeto de autorização não vem pronto. TI ou Basis o cria no cliente e o ativa por último, senão ninguém usa a solução.
- Perfis criados em PFCG, de manutenção e de exibição. ECD e ECF têm grupos de funções próprios.

COMO CONFERIR

- Ao salvar, o produto valida o preenchimento dos detalhes e bloqueia o que está incorreto. O botão do detalhe fica vermelho com pendência, e a nota pendente não entra no evento.

08 Monitoramento e evidência

Controle que não deixa prova não existe para a auditoria nem para o fisco.

O QUE OLHAR

- O que é acompanhado todo mês: rejeições, jobs, diferenças e retificações.
- Onde fica a prova de que cada controle rodou.
- Indicadores fiscais vistos pela diretoria.

SINAIS DE PROBLEMA

- Controle que só existe no procedimento escrito.
- Prova montada quando a auditoria pede.
- Alerta automático que ninguém trata.
- Indicador sem dono.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Quais indicadores fiscais o comitê quer ver todo mês, e quem responde por cada um?

EVIDÊNCIA QUE O DIAGNÓSTICO ENTREGA

Lista dos controles existentes, com a prova de execução de cada um no período.

Referências: N5 (OCDE 2016, Co-operative Tax Compliance: o fisco pode testar a solidez do tax control framework) · S11 (SAP Process Control, controles automatizados) · B6 e B12 (Receita Federal, Programa Confia)

NO GUEPARDO TAX

O QUE O PRODUTO TRAZ

- Histórico da apuração de PIS e COFINS, com uma linha por atualização. A Reinf guarda o log de modificações e o log de ações da apuração.
- Log de erros e de pré-validação do arquivo SPED, ligado por opção na geração.
- Status por tributo no painel da Reinf, com usuário, data e hora de cada finalização ou reabertura.
- A transmissão da Reinf deixa rastro: recibo, retorno da Receita e usuário, data e hora do envio. O XML do evento só aparece na visão dos eventos já transmitidos.
- A conciliação dos eventos serve de evidência: compara o enviado com o que a Receita tem, antes e depois da correção.
- Os painéis de ECD e de ECF mostram o status de cada escrituração, e cada etapa da ECD guarda log com data e hora.

O QUE O AMBIENTE PRECISA TER CONFIGURADO

- Mensagens de validação do produto podem ser ignoradas ou rebaixadas a aviso por um controle próprio. É um controle a conferir no ambiente.

COMO CONFERIR

- Semáforo da conciliação acumulada: vermelho para diferença sem comentário, amarelo com comentário, verde sem diferença.
- Relatório de débitos, créditos e retenções em planilha, resumido e detalhado. O pagamento de imposto fica sincronizado com o controle de guias.
- ISS: processamento em segundo plano acompanhado pelo SM37, relatório analítico com ou sem guia gerada e painel com a data de vencimento.

09 Migração do ECC para o S/4HANA

A troca de sistema muda funções fiscais. O prazo de manutenção já está publicado.

O QUE OLHAR

- Funções fiscais em uso hoje no ECC.
- O que muda ou deixa de existir no S/4HANA.
- Desenvolvimentos Z fiscais.
- Histórico fiscal que precisa continuar acessível.

SINAIS DE PROBLEMA

- Projeto de migração sem frente fiscal própria.
- Premissa de que o fiscal vem junto.
- Legal Books ou TAXBRJ em uso sem plano de troca.
- Nenhum teste de obrigação de ponta a ponta.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

A migração trata o fiscal como frente com dono e critério de aceite próprios? Que histórico fiscal precisa continuar consultável?

EVIDÊNCIA QUE O DIAGNÓSTICO ENTREGA

Lista dos objetos fiscais em uso, cruzada com os itens da Simplification List que se aplicam, com o impacto a decidir.

Referências: S6 (SAP: manutenção mainstream do Business Suite 7 até o fim de 2027, estendida opcional de 2028 a 2030) · S8 (SAP Simplification List S/4HANA 2023: Legal Books e crédito de ICMS e PIS/Cofins de ativo fixo não existem no S/4HANA; Tax Declaration Framework) · S7 (SAP News, outubro de 2026)

10 Integração e interfaces

Entre o SAP, o GUEPARDO Tax e os demais sistemas, a nota viaja por filas e jobs.

O QUE OLHAR

- Fluxo entre SAP, GUEPARDO Tax e mensageria de documentos.
- Sistemas vizinhos: logística, comércio eletrônico, folha.
- Jobs, filas e reprocessamento.
- Volume contra a janela de processamento.

SINAIS DE PROBLEMA

- Mensagem presa sem alerta.
- Reprocessamento manual em massa no fechamento.
- Interface sem dono.
- Volume crescendo sem controle da janela.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Quem é dono de cada interface fiscal, e qual tempo de reação se espera quando ela para?

EVIDÊNCIA QUE O DIAGNÓSTICO ENTREGA

Mapa das interfaces fiscais com volume, falhas e reprocessamentos no período.

Referências: N6 (SAP Document and Reporting Compliance: monitoramento e troubleshooting) · S8 (Simplification List 2023: migração dos índices do eDocument exige passos manuais)

NO GUEPARDO TAX

O QUE O PRODUTO TRAZ

- Pontos de extensão: a geração do SPED pode chamar BAdIs, e as funções exit de busca e de determinação de campos aceitam regra própria do cliente.
- Reinf: a apuração conversa com a busca de documentos, com a central de débitos (lançamento contábil e guia) e com o cockpit de eventos.
- Transmissão da Reinf: conexão configurada por empresa com a mensageria e destino de serviço por evento. Há ainda um vínculo entre o GUEPARDO Tax e o GUEPARDO Invoicing.
- Carga por planilha para eventos sem documento no sistema, com transmissão a partir da planilha.
- Integração contábil: lançamentos de PIS e COFINS e da guia de ISS seguem para a contabilidade com pré-lançamento e log de erros. O imobilizado do SAP alimenta o crédito de PIS e COFINS.
- DCTFWeb: desde a competência 08/2018 o produto não emite o DARF. A contabilização é manual, com uma exceção prevista.

O QUE O AMBIENTE PRECISA TER CONFIGURADO

- ISS: o serviço web é publicado e configurado no SOAMANAGER. A solução abap2xlsx, instalada por abapGit, é pré-requisito dos relatórios em planilha de PIS e COFINS e de ISS.
- Extensões do cliente existem para ECD, livros auxiliares, fichas da ECF e busca de documentos. Vale ter a lista delas e de quem responde por cada uma.
- Geração em segundo plano com acompanhamento no SM37. O arquivo gerado é baixado pela CG3Y ou pela transação do produto.

COMO CONFERIR

- No cockpit da Reinf, o status do lote por legenda aparece ao atualizar a tela duas vezes depois de transmitir.

11 Governança e papéis

Quem decide, quem configura, quem opera e quem revisa. E onde isso fica registrado.

O QUE OLHAR

- Separação entre decisão tributária e execução no sistema.
- Registro de cada decisão fiscal, com justificativa.
- Fórum que aprova mudança de regra.
- Acompanhamento de normas e notas técnicas.

SINAIS DE PROBLEMA

- Decisão tributária tomada dentro de um chamado de TI.
- Ninguém sabe por que uma regra existe.
- Dependência de uma pessoa-chave.
- Mudança de norma descoberta pela rejeição.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Onde fica registrada cada decisão fiscal, com justificativa e aprovador? Quem acompanha os atos do CGIBS, da Receita e as notas técnicas?

EVIDÊNCIA QUE O DIAGNÓSTICO ENTREGA

Mapa dos papéis atuais (quem decide, configura, opera e revisa) e dos pontos em aberto encontrados.

Referências: N3 (IIA, Modelo das Três Linhas, 2020) · N2 (ISO 31000:2018) · N1 (ISO 37301:2021) · N5 (OCDE 2016) · B7 (CGIBS)

NO GUEPARDO TAX

O QUE O PRODUTO TRAZ

- A apuração é original ou de teste, escolhida na criação, com faixas de ID diferentes. Só a original é oficial e gera guias e dados para o XML da Reinf, uma por empresa e período.
- A coluna Responsável mostra quem criou a apuração. Eliminar mantém o histórico no painel, e só a apuração de teste pode ser eliminada do banco.
- Finalizar e reabrir tributo são ações livres do analista. Tributo finalizado fica em modo de exibição, e ao reabrir as guias já geradas não são apagadas.
- A documentação atribui ao analista responsável a diferença entre o débito apurado e a guia da DCTFWeb, o documento manual e as melhores práticas de correção, e avaliar o estorno depois de reabrir.
- Processos administrativos e judiciais cadastrados sustentam a não retenção e alimentam os eventos, com suspensão de exigibilidade por processo.
- Signatários (representante, responsável, contador) ficam nos dados de contato da empresa e vão ao registro da declaração.

O QUE O AMBIENTE PRECISA TER CONFIGURADO

- ISS: o usuário verifica a obrigação de cada município e informa as mudanças que a Prefeitura impõe. Alterações de configuração seguem de desenvolvimento a qualidade e produção por request.
- As versões de leiaute da ECD e da ECF chegam por baseline, mantido pelo desenvolvimento do produto. O cadastro da empresa fica com o FI do cliente.

COMO CONFERIR

- A rota de aprovação por workflow tem aprovadores e grupo de aprovadores, acompanhada em relatório. O ISS tem status de aprovação, sem descrever quem aprova.

CAPÍTULO

GUEPARDO Tax no ambiente fiscal

O GUEPARDO Tax apura tributos e gera obrigações lendo dados do SAP. Este capítulo mostra, por módulo, como ele se liga ao SAP, o que precisa estar configurado no ambiente e como conferir. Configuração e conferência dependem do ambiente de cada empresa. A decisão tributária continua sendo da empresa.

PIS e COFINS EFD-Contribuições

COMO SE LIGA AO SAP
A busca de documentos lê as notas e os documentos contábeis do SAP. Os débitos, créditos e rateios apurados formam o bloco M do arquivo.

O QUE PRECISA ESTAR CONFIGURADO
Configuração principal e por empresa, grupo de busca próprio, natureza da receita por NCM e origem de cada crédito.

COMO CONFERIR
Total da busca contra o relatório de entradas, apuração oficial identificada e validador da Receita.

EFD-Reinf Retenções e eventos

COMO SE LIGA AO SAP
As notas de entrada de serviço, registradas pela MIRO ou por fatura em FI, alimentam a apuração de retidos, que gera os eventos e os transmite por mensageria.

O QUE PRECISA ESTAR CONFIGURADO
Configuração principal (cópia do cliente), regras de determinação, faixas de numeração, códigos de GPS e DARF, processos e controle de autorização.

COMO CONFERIR
Saldo fiscal contra saldo contábil, conciliação dos eventos com a base da Receita e recibo de cada transmissão.

ISS Declarações municipais

COMO SE LIGA AO SAP
As notas de serviço de cada município formam a apuração, com guia própria. O arquivo sai no layout de cada município, e a guia segue para a contabilidade.

O QUE PRECISA ESTAR CONFIGURADO
Configuração de apuração por município e domicílio fiscal, layout e versão de declaração e, quando há transmissão por serviço web, a publicação e a configuração dele.

COMO CONFERIR
Lista de municípios com nota e sem configuração, relatório analítico por apuração e apurações finalizadas antes da guia.

ICF e plano de contas referencial Saldos que alimentam ECD e ECF

COMO SE LIGA AO SAP
O produto lê saldos do razão e do controle de custos em tabelas do SAP, conforme a versão (ECC ou S/4HANA), e liga cada conta a uma conta referencial.

O QUE PRECISA ESTAR CONFIGURADO
Mapeamento de contas por empresa e ano, centros fiscais e a interface de busca certa para a origem de dados do ambiente.

COMO CONFERIR
Verificação de saldos contra a contabilidade em FI e lista de contas sem vínculo com conta referencial.

ECD Escrituração contábil digital

COMO SE LIGA AO SAP
Parte da centralização do plano de contas referencial. Os lançamentos contábeis (registros I200 e I250) vêm do SAP padrão.

O QUE PRECISA ESTAR CONFIGURADO
Configuração por empresa, versão de leiaute, signatários e, se houver, livros auxiliares.

COMO CONFERIR
Resultado do validador da Receita, log de cada etapa de geração e validação de saldos contra lançamentos.

ECF Escrituração contábil fiscal

COMO SE LIGA AO SAP
A escrituração nasce da apuração de IRPJ e CSLL e usa os saldos da ECD, que precisa ser importada para a entrega.

O QUE PRECISA ESTAR CONFIGURADO
Dados gerais por empresa, faixas de numeração por registro e, quando houver, regras próprias para as fichas.

COMO CONFERIR
Painel de escriturações com status, saldos conferidos com a ECD e arquivo gerado contra o validador.

EVIDÊNCIA QUE O DIAGNÓSTICO RECOLHE

- Lista de apurações por tributo e período, com a oficial identificada e sem apuração de teste sem dono.
- Configurações vigentes por empresa, com validade e origem (baseline do produto ou cópia do cliente).
- Último arquivo gerado de cada obrigação, resultado do validador oficial e protocolo de transmissão.
- Saldo fiscal e saldo contábil por tributo, com cada diferença explicada ou listada como aberta.
- Usuários por tipo de operação, estado do controle de autorização e extensões próprias do cliente.

DECISÃO DA EMPRESA
Qual apuração é a oficial, o regime de fato gerador, o tratamento de crédito e cada ajuste. A tese tributária é da empresa.

SOBRE O GUIA

- Este é um guia básico e não esgota o tema.
- A decisão tributária é da empresa. O guia descreve pontos a decidir e não escolhe a tese.
- Os sinais de problema são pontos de atenção, não achados.
- A referência indica a fonte oficial. Normas e notas técnicas mudam: confira a versão vigente antes de decidir.

CARGOS E DOMÍNIOS

- Os cargos de cada domínio estão indicados na página 2.
- A evidência descreve o que o diagnóstico mostra no sistema.
- A pauta de discussão ao final lista os onze domínios em uma folha.

PAUTA

Pauta de discussão por domínio

Para cada domínio: prioridade, dono, decisão registrada e data de revisão.

Domínio	Prioridade	Dono	Decisão registrada	Revisar em
01 · Apuração dos tributos	☐ Alta ☐ Média ☐ Baixa			
02 · Obrigações acessórias e SPED	☐ Alta ☐ Média ☐ Baixa			
03 · Documentos fiscais eletrônicos	☐ Alta ☐ Média ☐ Baixa			
04 · Parametrização e dados mestres no SAP	☐ Alta ☐ Média ☐ Baixa			
05 · Conciliação contábil e fiscal	☐ Alta ☐ Média ☐ Baixa			
06 · Reforma tributária: CBS, IBS e IS	☐ Alta ☐ Média ☐ Baixa			
07 · Controles e segregação de funções	☐ Alta ☐ Média ☐ Baixa			
08 · Monitoramento e evidência	☐ Alta ☐ Média ☐ Baixa			
09 · Migração do ECC para o S/4HANA	☐ Alta ☐ Média ☐ Baixa			
10 · Integração e interfaces	☐ Alta ☐ Média ☐ Baixa			
11 · Governança e papéis	☐ Alta ☐ Média ☐ Baixa			

DECISÃO DA EMPRESA

- A tese e o enquadramento de cada operação.
- Quais conflitos de acesso e quais diferenças são aceitáveis.
- Quem é dono de cada dado, interface e obrigação.

REGISTRO DA DECISÃO

- A decisão, com justificativa e aprovador.
- A fonte usada e a versão da norma.
- O que muda no sistema e como provar que mudou.

REFERÊNCIAS

Fontes oficiais e de referência

Referências atualizadas em 5 de novembro de 2026. Normas pagas aparecem pela página oficial do editor. Normas e notas técnicas mudam: confira a versão vigente antes de decidir.

Fontes oficiais brasileiras

B1 **Comunicado Conjunto CGIBS e RFB 01/2025, sobre a entrada em vigor da CBS e do IBS em 1º/1/2026**. CGIBS e Receita Federal, 02/12/2025. cgibs.gov.br/upload/arquivos/202512/02192247-comunicado-conjunto-cgibs-e-rfb.pdf. Acesso em: 5 nov. 2026.

B2 **Emenda Constitucional nº 132/2023**. Presidência da República, 20/12/2023. planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc132.htm. Acesso em: 5 nov. 2026.

B3 **Lei Complementar nº 214/2025, texto compilado**. Presidência da República, 16/01/2025. planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm. Acesso em: 5 nov. 2026 · confira a redação vigente.

B4 **O que é o Sped?**. Portal NFS-e, gov.br. gov.br/nfse/pt-br/nfse/conheca/o-que-e-sped. Acesso em: 5 nov. 2026.

B6 **Receita Federal lança programa de conformidade com foco em segurança jurídica (Confia)**. Receita Federal, 10/12/2025. gov.br/receitafederal (notícias, dezembro de 2025). Acesso em: 5 nov. 2026.

B7 **Comitê Gestor do IBS, página inicial**. CGIBS. cgibs.gov.br. Acesso em: 5 nov. 2026.

B8 **Portal da NF-e, notas técnicas vigentes (NT 2025.002, v1.53)**. ENCAT e Receita Federal. nfe.fazenda.gov.br/portal. Acesso em: 5 nov. 2026 · lista de notas técnicas.

B10 **NFS-e Nacional: leiaute em produção e regras de IBS e CBS**. Portal NFS-e, 29/10/2026. gov.br/nfse/pt-br/noticias. Acesso em: 5 nov. 2026.

B11 **Regras de classificação do Programa Receita Sintonia (IN RFB 2.316/2026)**. Receita Federal. gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-e-atividades/sintonia/regras. Acesso em: 5 nov. 2026.

B12 **Primeira edição do Confia, programa de conformidade cooperativa**. Receita Federal. gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/confia. Acesso em: 5 nov. 2026.

B13 **SPED, Sistema Público de Escrituração Digital**. Receita Federal. sped.rfb.gov.br. Acesso em: 5 nov. 2026.

B14 **EFD ICMS IPI: Guia Prático 3.2.2 e leiaute 020**. Receita Federal, 25/03/2026. sped.rfb.gov.br/item/show/8113. Acesso em: 5 nov. 2026.

B15 **Módulos EFD Contribuições, ECD, ECF e EFD-Reinf**. Receita Federal. sped.rfb.gov.br/projeto/show/268, 273, 269 e 1196. Acesso em: 5 nov. 2026.

B16 **CGIBS e Receita divulgam orientações sobre a entrada em vigor da CBS e do IBS**. CGIBS, 12/12/2025. cgibs.gov.br (notícias). Acesso em: 5 nov. 2026.

Documentação SAP

S1 **Electronic Nota Fiscal (NF-e), documentação de função**. SAP Help Portal, versão 2.6. help.sap.com/doc/8b49d953292a424de10000000a174cb4/2.6. Acesso em: 5 nov. 2026.

S3 **KBA 3642384, Brazil Tax Reform Troubleshooting Guide**. SAP Support. userapps.support.sap.com/sap/support/knowledge/en/3642384. Acesso em: 5 nov. 2026 · resumo público.

S4 **KBA 3711861, erros J1B_NFE660, 661 e 663 com CBS e IBS na entrada**. SAP Support. userapps.support.sap.com/sap/support/knowledge/en/3711861. Acesso em: 5 nov. 2026 · resumo público.

S5 **KBA 3679926, código de imposto SD do Brasil no S/4HANA Cloud Public Edition**. SAP Support. userapps.support.sap.com/sap/support/knowledge/en/3679926. Acesso em: 5 nov. 2026.

S6 **Estratégia de manutenção: SAP Business Suite 7 e SAP S/4HANA**. SAP Support. support.sap.com/en/release-upgrade-maintenance/maintenance-information/maintenance-strategy. Acesso em: 5 nov. 2026.

S7 **Planning Beyond 2030**. SAP News Center, 07/10/2026. news.sap.com/2026/10. Acesso em: 5 nov. 2026.

S8 **Simplification List for SAP S/4HANA 2023 FPS 3, versão 1.35**. SAP Help Portal, 25/02/2025. help.sap.com/doc/c34b5ef72430484cb4d8895d5edd12af/2023/en-US/SIMPL_OP2023.pdf. Acesso em: 5 nov. 2026 · itens do Brasil e eDocument.

S10 **SAP Access Control, Administration Guide, Access Risk Analysis**. SAP Help Portal, 2017, versão 10.1. help.sap.com/doc/ca8a8544445e47f5bb0cbc8220ae01b2/10.1.18. Acesso em: 5 nov. 2026.

S11 **Exploring Automated Control Performance (SAP Process Control)**. SAP Learning. learning.sap.com. Acesso em: 5 nov. 2026.

N6 **SAP Document and Reporting Compliance, inbound invoicing option for Brazil**. SAP Help Portal. help.sap.com/docs/DC_NFe. Acesso em: 5 nov. 2026 · página de entrada.

Frameworks de governança, controle e risco

N1 **ISO 37301:2021, Compliance management systems**. ISO, 2021, confirmada em 2026. iso.org/standard/75080.html. Acesso em: 5 nov. 2026 · página oficial; norma paga.

N2 **ISO 31000:2018, Risk management, Guidelines**. ISO, 2018, confirmada em 2023. iso.org/standard/31000. Acesso em: 5 nov. 2026 · página oficial; norma paga.

N3 **The IIA's Three Lines Model**. The IIA, 2020, atualizado em 2024. theiia.org (position papers, 2020). Acesso em: 5 nov. 2026 · resumo oficial.

N4 **Internal Control, Integrated Framework**. COSO, 1992, atualizado em 2013. coso.org/internal-control. Acesso em: 5 nov. 2026 · página oficial.

N5 **Co-operative Tax Compliance: Building Better Tax Control Frameworks**. OCDE, 13/05/2016. oecd.org/en/publications/co-operative-tax-compliance_9789264253384-en.html. Acesso em: 5 nov. 2026 · resumo oficial.

F10 **COBIT 2019**. ISACA, 2019. isaca.org/resources/cobit. Acesso em: 5 nov. 2026.